



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL

SSFEAR

EURILANA ALBUQUERQUE MOREIRA

FORTALEZA

- 1999 -

BSFEAG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL

EURILANA ALBUQUERQUE MOREIRA

FORTALEZA

-1999-

BALANÇO SOCIAL

EURILANA ALBUQUERQUE MOREIRA

JEANNE MARGUERITE MOLINA MOREIRA
(Orientadora)

Monografia apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuárias e
Contabilidade, para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências
Contábeis.

FORTALEZA
-1999-

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

EURILANA ALBUQUERQUE MOREIRA

Monografia Aprovada Em: 08/03/99

Média Final: 90 (noventa)

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Jeanne Marguerite Molina Moreira

Nota

Prof.: José William Praciano //

Nota / 10

Prof.: Pedro Paulo Monteiro Vieira

Nota

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Aos meus pais que sempre me incentivaram e torceram pela minha vitória.

À Professora Jeanne Marguerite pela orientação dada para execução deste trabalho.

Aos amigos que por várias vezes em discussões calorosas contribuíram para o meu trabalho de pesquisa.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS
SUMÁRIO
RESUMO

Introdução

1. A Contabilidade e o Balanço Social	1
1.1 Contabilidade X Balanço Social	1
1.2 Contabilidade Social X Balanço Social	2
2. Conceitos e Objetivos do Balanço Social	3
2.1 Como Surgiu o Balanço Social	3
2.2 Conceitos	4
2.3 Objetivos	5
- 3. As Experiências Internacionais do Balanço Social	9
3.1 Estados Unidos	9
3.2 Países Europeus	10
3.3 Japão	12
3.4 América Latina	13
4. O Balanço Social no Brasil	14
4.1 Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	15
4.2 Projeto de Lei Nº3.116/97	16
4.3 Repercussão das Campanhas pela Adoção do Balanço Social	17
5. A Elaboração do Balanço Social	19
5.1 O Pessoal - Relação Existente entre o Pessoal e a Entidade para a qual trabalham	20
5.2 Valor Adicionado - Uma Continuação do Balanço Social	22
5.2.1 Conceito	22
5.2.2 Demonstração do Resultado X Demonstração do Valor Adicionado	23
5.2.3 Composição	24
Conclusão	27
Bibliografia	28

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de estudo o Balanço Social apontando desde o seu surgimento até o seu desenvolvimento e aplicação. Faz-se necessário informar aos usuários da contabilidade não só a situação da empresa no sentido de maximização de lucro, mas sim a situação no campo social, ou seja, registrar os fatos ocorridos e avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade. O Balanço Social compreende em um conjunto de informações econômicas e sociais objetivando a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade. O Balanço Social foi criado nos Estados Unidos e, hoje, já repercute mundialmente. No Brasil, foi a partir dos anos 70, que evoluíram os estudos e pesquisas sobre o assunto. Alguns estudiosos afirmam que a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é o próprio Balanço Social do Brasil bastando apenas algumas adaptações. A elaboração do Balanço Social comporta duas fases: na primeira deve conter escopo, os meios, e os objetivos a serem alcançados, ou seja, o planejamento do trabalho; na segunda fase dá-se a execução do trabalho planejado. É de suma importância estudar o Valor Adicionado, visto ser entendida como uma continuação do Balanço Social pois ele representa a diferença entre o valor da receita e o custo dos insumos adquiridos de terceiros (matérias-primas, materiais consumidos e serviços), isto é, ele corresponde à riqueza gerada pela empresa num determinado espaço de tempo e sua distribuição aos diversos setores da sociedade. Está claro portanto que as empresas são agentes de transformação econômica e social de uma cidade, região, estado ou uma nação, cabendo à sociedade como um todo assumir esta dimensão.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma ciência que vem aprimorando-se ao longo dos anos através de princípios, postulados, novos conceitos, novas tendências e novas práticas contábeis. Com todos esses avanços, surgiu a idéia de que a empresa deve não só elaborar Demonstrações Financeiras que evidenciem o quanto foi recebido e gasto durante determinado período visando apenas a otimização e a maximização dos lucros, mas sim assumir compromissos de natureza econômica e social.

Em meio a essa evolução, surgiu o Balanço Social como uma forte arma para analisar a atuação das empresas como agentes econômicos (promovendo riquezas) e sociais (promovendo o bem estar social). Ou seja, ele divulga informações referentes ao desempenho econômico e social de uma organização, como mostra o Capítulo 1.

O Balanço Social é fruto originado nos Estados Unidos, porém o primeiro país a adotar legalmente foi a França (em 1977). Contudo, a idéia do Balanço Social no Brasil veio através de Herbert de Souza (o Betinho), afirmava que “as empresas públicas e privadas são agentes sociais no processo de desenvolvimento da nação”, sendo consolidada através do Projeto de Lei Nº 3.116/97 apresentado no Congresso Nacional pela deputada federal Marta Suplicy que obriga a empresa com mais de cem empregados a publicarem o seu Balanço Social, referenciado no Capítulo 2.

O presente trabalho aponta em seu capítulo 3 a relação Contabilidade X Balanço Social, sua elaboração, sua postura em outros países e é claro, no Brasil.

Apesar de, no país, ainda não ser regulamentado, conforme mostra o Capítulo 4, muitas empresas já publicam o seu Balanço Social. Inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, observando a necessidade de aceitação dessa idéia, publicou Instrução Normativa em 06/97 abrindo prazo para audiências públicas visando a adoção do Balanço Social pelas companhias de capital aberto.

Existe no Brasil, desde 1975, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) destinada ao Ministério do trabalho que contém informações imprescindíveis à formulação de um Balanço Social. Alguns estudiosos afirmam até que não há necessidade de se criar um modelo para essa demonstração pois a RAIS é o próprio Balanço Social do Brasil bastando apenas aperfeiçoá-la e adequá-la aos conceitos deste.

Portanto, verifica-se com o que foi exposto, a relevância deste assunto que a cada dia, ganha mais espaço, visto que a demonstração em questão representa um forte instrumento de informação para a própria empresa, para os empregados e para o governo pois possibilitará a elaboração de políticas de incentivo (por parte das empresas e governo) à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, além de avaliar o nível de riqueza das empresas do país.

Para realização deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, participação em cursos e seminários para um melhor embasamento a respeito do assunto.

O Capítulo 5 mostra como se elaborar um Balanço Social.

Contudo, observa-se que uma empresa deve existir para servir aos seus clientes, a seus funcionários e sócios, com o objetivo de tornar-se maior, mas primeiramente tornar-se melhor. Com este enfoque é possível conquistar todos os objetivos da empresa além de trabalhar o lado social de um país.

1. A Contabilidade e o Balanço Social

1.1. Contabilidade x Balanço Social

O conhecimento contábil aprimorou-se ao longo dos séculos, através da incorporação de práticas, princípios, postulados, em virtude da necessidade de padronizar os procedimentos contábeis utilizados pelas empresas, a fim de tornar as demonstrações contábeis acessíveis a todos os usuários. Almeja-se a idéia de que a otimização do lucro não pode permanecer como objetivo único das atividades da empresa e que ela deve cumprir seus objetivos de natureza econômica e de natureza social numa perfeita integração.

Contudo, os instrumentos de contabilidade utilizados até agora ignoram a repercussão social das decisões empresariais. As consequências sociais, desde que não estejam refletidas em leis ou prescrições legais, são tratadas à margem. Segundo

MARTINS e RIBEIRO, 1995,

Neste momento, a Contabilidade, entendida como meio de fornecer informações, deverá buscar responder ao novo desafio e aparelhar-se para satisfazer aos usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, tendo em vista o dever de subsidiar o processo de tomada de decisão.

Na verdade, deveria utilizar-se dos instrumentos que já possui, amoldando-os a essa nova necessidade, partindo-se do pressuposto que as empresas, voluntariamente ou não, agem para a preservação e recuperação do meio ambiente, levando em conta as obrigações legais que lhe são impostas. O cumprimento dessas obrigações é condicionante básica para que os órgãos públicos competentes permitam sua continuidade.

Os princípios contábeis, na forma em que estão definidos atualmente, não são estimulantes para o desenvolvimento da Contabilidade sob os aspectos, principalmente no que diz respeito

às convenções da objetividade e do conservadorismo e ao princípio contábil da confrontação de receitas e despesas. Esse último é problemático pelos aspectos relativos à dificuldade de mensuração de custos e receitas dentro do mesmo período de competência, tendo em vista que, em alguns casos, pelo fato de os desembolsos ocorrerem em momentos distintos ao da realização das receitas, não há elementos suficientes para estimativas dos gastos a serem efetivamente incorridos na área ambiental, devido às peculiaridades relativas à questão em si e aos aspectos exógenos envolvidos, como mudanças climáticas de um período a outro, diferenças nas tecnologias utilizadas entre as empresas, além do porte de cada uma.

1.2. Contabilidade Social x Balanço Social

CUNHA e PEROTTONI, 1997 comentam:

A Contabilidade Social, ou Nacional, trata da avaliação de variáveis macroeconômicas, como os valores agregados e medições globalizadas relativas à produção e à distribuição da riqueza nacional. Com base nesses dados, orienta a ação dos órgãos competentes e a promoção do desenvolvimento.

(...) O Balanço Social, ao contrário da Contabilidade Social, que se preocupa com a estrutura e os resultados globais da economia, tem seu foco no resultado das transações individuais da empresa com a comunidade que a ela está diretamente relacionada.

Enquanto a Contabilidade Social utiliza-se de dados que demonstrem o crescimento real, a tendência e a constituição setorial da economia nacional, o Balanço Social, trata em divulgar informações sobre o desempenho econômico e social da organização, e o seu relacionamento com a comunidade.



2. Conceitos e Objetivos do Balanço Social

2.1. Como surgiu o Balanço Social

Nos últimos tempos a discussão sobre a globalização e os avanços tecnológicos têm se tornado mais freqüentes, ambos são colocados como causas do aumento da taxa mundial de desemprego. A substituição da mão de obra humana por máquinas é um processo irreversível e inevitável, os avanços tecnológicos se dão cada vez mais rápido e com impacto mundial.

A globalização não leva necessariamente ao desaparecimento do emprego, mas a um reposicionamento baseado na capacitação profissional, em consequência do aumento de competitividade entre as empresas a nível mundial se torna necessário a determinação de um novo padrão de qualidade e produtividade e para isso os investimentos em educação, capacitação profissional e estímulo ao autodesenvolvimento de seus funcionários se tornam imprescindíveis para um melhor desenvolvimento econômico da entidade.

As empresas têm percebido que investir no treinamento e desenvolvimento dos funcionários não é mais um investimento de difícil retorno, mas um processo mensurável e lucrativo na relação custo-benefício, chegou-se a conclusão que empregados pouco competentes e insatisfeitos dificilmente produzirão produtos competitivos e com qualidade.

A palavra Balanço surgiu na França no final do século XIX, cedido do Italiano *Bilancio* originada do latim popular *Bilanx*.

Balanço, aplicada na linguagem corrente, é extensiva a toda forma de inventário num dado momento, de um conjunto qualquer de elementos considerados como positivos e de outros considerados como negativos. Dessa forma, faz-se balanço da situação política, do dia-a-dia, da saúde etc.

Na contabilidade, o termo tem sido utilizado tanto para designar o período em que se faz o levantamento dos demonstrativos contábeis da entidade, como para denominar todos os demonstrativos econômico-financeiros de uma empresa numa determinada data, ou somente um deles: o Balanço Patrimonial.

A palavra Social, em francês, tem significado primitivo no século XIV, que se amplia para o sentido de oposição ao isolamento. Já no século XVIII, passa a ter um significado universal, agrupamento. A partir do século XIX, volta a ter um sentido restrito, não de grupo profissional, mas de classes menos favorecidas.

Atualmente, foi introduzida a expressão Balanço Social, tendo em vista que as numerosas pressões sociológicas influenciadas pela ação dos sindicatos, das organizações de consumidores, pelos movimentos ecológicos etc, cada vez mais estabeleceram a idéia de que a entidade empresa não era somente um agente econômico na missão de produzir riqueza, mas que ela era um ente social que devia prestar contas do seu impacto sobre a sociedade em geral e das relações nascidas do trabalho.

O surgimento do Balanço Social deu-se, principalmente, em virtude da necessidade de informar aos diversos usuários da contabilidade a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas e avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

2.2. Conceitos

Os estudiosos do assunto têm elaborado vários conceitos do Balanço Social, tentando traduzir o seu significado. Dentre eles, selecionamos:

CUNHA 4 e PEROTTONI, 1997:

Balanço Social é o conjunto de informações econômicas e sociais, que tem como objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade.

MENDES, 1997:

Balanço Social é um instrumento fantástico, capaz de criar uma nova cultura e de fazer entender, aos detentores da riqueza, que as empresas têm, de fato, um papel social relevante e, certamente, muito acima do que temos esperado do Estado.

TINOCO, 1995:

À fotografia da situação patrimonial da empresa, tirada pela contabilidade tradicional, devem ser adicionadas imagens dinâmicas que ajudem os usuários da informação a compreender o conteúdo, a extensão, o significado e a perspectiva apontados pelas demonstrações contábeis. Chamemos isso de Balanço Social.

SUPLICY, 1997:

(...) É um documento pelo qual a empresa anualmente apresenta dados que permitam identificar a qualidade de suas relações com os empregados, com a comunidade e com o meio ambiente. É um registro do perfil social da empresa.

Diante do exposto, concluímos que, o Balanço Social é um instrumento que a empresa dispõe para demonstrar que possui outros interesses que não os financeiros, ou seja, onde pode demonstrar uma administração preocupada com seu quadro funcional, clientes e sociedade em geral.

2.3. Objetivos

As demonstrações financeiras utilizadas antigamente e atualmente ignoram a repercussão social das decisões gerenciais, pois proporcionam uma grande quantidade de dados econômicos para as tomadas de decisões, enquanto as conseqüências sociais aparecem em pequenas quantidades, mas as empresas começam a se convencer da necessidade de registrar e analisar o desempenho social da mesma maneira que registram os dados econômico-financeiros. Estes registros e análises poderão ser realizados através de um instrumento de gestão e participação que é o Balanço Social que tem como objetivo relatar dados econômicos, financeiros e sociais do desempenho de uma empresa com a intenção de tratar a riqueza desta através de um exame qualitativo em vez de quantitativo.

Os objetivos motivadores da publicação de um Balanço Social, variam de acordo com as áreas de interesse avaliadas e do nível de complexidade empresarial. Podem

ser sistematizados esquematicamente. Assim, CARNEIRO, 1994 (7) diz que as informações registradas no Balanço Social, em função de diversos modelos analisados, permitem:

- a) buscar o bem estar dos empregados, catalisando ações que visem ao cumprimento da responsabilidade social da empresa, aprimorando a qualidade de vida da organização e da comunidade na qual está inserida;*
- b) avaliar as empresas de acordo com a necessidade concreta de progresso social e de sua contribuição para a sociedade democrática;*
- c) apreciar objetivamente os custos-benefícios de suas iniciativas no campo social;*
- d) proporcionar à empresa as condições para que possa obter a produtividade esperada de seus recursos humanos, as condições de avaliação do desempenho empresarial e as informações sobre a gestão social interna;*
- e) propiciar aos empregados as condições favoráveis ao desempenho de suas tarefas, as condições para opinar sobre os programas sociais que lhe são dirigidos e sobre a satisfação dos trabalhadores.*

Este instrumento avalia as contribuições empresariais em relação ao desenvolvimento da comunidade. Buscando à melhoria da qualidade de vida da população como um todo, assim como das necessidades empresariais perante o povo com o qual interage, atentando sempre aos grandes problemas sociais e contribuindo de maneira efetiva para solucioná-los.

A finalidade da realização de um Balanço Social é atender aos vários usuários interessados em diferentes tipos de informações; contudo, como ainda não são conhecidos os modelos decisórios de todos os usuários da contabilidade, seria necessária a constituição de um arquivo básico de informações contábeis que possa ser utilizado de forma mais



flexível por vários tipos de usuários, cada um com ênfase diferente nas diversas áreas. Para CUNHA e PEROTTONI os principais usuários e os seus relacionamentos são os seguintes:

⇒ *Acionistas - Aportadores de recursos financeiros para a implantação, ampliação e desenvolvimento dos projetos e metas dos administradores. A manutenção desta parceria só se efetiva enquanto a empresa garantir a rentabilidade desses investimentos.*

⇒ *Funcionários - Com seu conhecimento e sua mão-de-obra especializada, garantem o desenvolvimento da empresa. Para tanto é necessário que trabalhem satisfeitos, e isso será conseguido por meio das condições ambientais do trabalho (remuneração, limpeza, segurança, treinamento, política de desenvolvimento de recursos humanos, etc.).*

⇒ *Fornecedores - Mantenedores da fonte produtora. O suprimento de matéria-prima ou serviços é fundamental em qualquer atividade. Para estes é importante conhecer as potencialidades de seus clientes, garantias de recebimento e de continuidade do negócio.*

⇒ *Instituições Financeiras - Financiadoras do capital de giro necessário, não suprido pelos acionistas. Na concessão de empréstimos, querem conhecer a situação patrimonial, a de liquidez, a rentabilidade, a capacidade de geração de recurso, as potencialidades futuras, e ter a garantia da continuidade da empresa; caso contrário, relutarão em auxiliar, por meio de empréstimos, a empresa necessitada.*

⇒ *Consumidores - Garantem a continuidade da produção e até mesmo da própria empresa, mediante a satisfação de suas necessidades. Garantias de qualidade, preço e assistência técnica*

são fundamentais nesta relação, e isso precisa ficar claro para o cliente.

⇒ Governo - Promotor das condições para o desenvolvimento das atividades produtivas. Tem como contrapartida, por parte dos contribuintes, o recolhimento dos tributos, como forma de retribuição para que ele possa realizar as atividades do Estado em benefício de toda a sociedade (saúde, educação, segurança, etc.).

⇒ Meio Ambiente - Por certo uma das maiores responsabilidades sociais de todos e, principalmente das empresa que recebem a matéria prima deste meio e têm, em contrapartida o dever de manter os elementos essencial da vida animal e vegetal, como o ar, a água, o solo. Sabemos hoje dos movimentos e da conscientização dos povos em relação ao meio ambiente, quando não se titubeia em fechar uma fonte produtora, que gera empregos e salários, se esta não respeita e investe na manutenção da qualidade de vida da comunidade que a rodeia, isto é, se ela não respeita e preserva o meio ambiente.

3. As Experiências Internacionais do Balanço Social

Os primeiros estudos experimentais desenvolvidos nesse campo foram realizados nos Estados Unidos, partindo da idéia de um Balanço Social similar ao Balanço Financeiro, tratando de quantificar as vantagens e prejuízos sociais em termos monetários.

3.1. Estados Unidos

A idéia de responsabilidade social foi introduzida no mundo dos negócios, a partir dos anos 30, pelos Estados Unidos.

Na década de 60, começaram a surgir, neste país, movimentos protestando sobre temas polêmicos como a utilização de recursos raros e a poluição.

As organizações não lucrativas, tais como, igrejas, universidades, movimentos ecológicos etc, começaram a influenciar marcadamente esses movimentos através da aplicação de seus fundos em ações de grandes companhias, o que lhes dava um poder de intervenção nas assembleias gerais.

As companhias para não perderem seus investidores começaram a publicar anualmente, entre os relatórios destinados aos acionistas, páginas de informações sobre a política social, as despesas alocadas para esse fim e os resultados obtidos, justificando a sua boa conduta social.

No início da década de 70, os grandes bancos que são investidores profissionais, com o interesse que os outros investidores continuassem a alocar os seus fundos, facilitaram e ampliaram o movimento e vem publicando relatórios econômicos-sociais, que se chamam "Social Audit", os quais compreendem como documentos essenciais os seguintes:

→ Balanço Social e financeiro (Social and Financial Balance Sheet).

→ Contas de Lucros e Perdas, Social e Financeira (Social and Financial Income Statement).

⇒ Contas de Lucros e Perdas, Social e Financeira (Social and Financial Income Statement) .

Ao contrário da França, como veremos a seguir, os modelos americanos são pouco orientados para as relações entre patrões e assalariados e suas condições de trabalho e tem uma conotação ampla, voltada para o ambiente externo à empresa, ou seja, satisfação de consumidores clientes, qualidade dos produtos, meio ambiente e, inclusive criminalidade.

3.2. Países Europeus

Nos países da Europa como a Alemanha, Holanda, Bélgica e Suécia, os relatórios adicionais sobre empregados são freqüentes, dando sempre uma maior ênfase no impacto das empresas sobre os trabalhadores. Em alguns países já encontramos relatórios sobre Valor Adicionado. Há, nestes países, uma consciência participativa envolvendo empresários e funcionários. Os empresários são conscientes de suas responsabilidades no plano social e preocupam-se com o desenvolvimento sem degradação do meio ambiente.

Segundo CUNHA e PEROTTONI, 1997,

Entre os países em que se encontram mais desenvolvida a elaboração do Balanço Social, estão a França e a Espanha, onde é identificado como 'Balanço de Responsabilidade Ética', ou 'Balanço de Responsabilidade Empresarial.

Após a divulgação, na França, da Lei n.º 77-769, de 12.07.77, o Balanço Social, de elaboração obrigatória para as empresas com mais de 750 empregados, a partir de 01/01/78, e com pelo menos 300 assalariados, a partir de 1982, passou a ser denominado de “Balanço Social Legal” para distingui-lo do Balanço Social elaborado pelas empresa em período anterior à vigência da referida Lei, por apresentarem enfoques muitas vezes diferentes.



Comenta TINOCO, 1984,

Esta Lei aborda principalmente os aspectos sociais da empresa. Surgiu após várias experiências que vinham se realizando desde a década de 60, em que várias empresas já elaboravam o Balanço Social.

A referida Lei surgiu numa época em que se acreditava que ao final deste século se veria, sem dúvida, aumentar o esforço científico visando obter uma medida social, assim como o desenvolvimento de uma “Contabilidade Social”.

Para a lei francesa, o Balanço Social compila, num único documento, os dados que permitem apreciar a situação no campo social.

A partir de 1984, todos os Balanços Sociais deveriam cobrir três anos, ou seja, o ano corrente, mais dois anos anteriores, e as empresas que tivessem mais de uma unidade, com mais de trezentos empregados, deveriam preparar e submeter um Balanço Social para empresa como um todo e para cada unidade.

O conteúdo do Balanço Social deveria fornecer informações em sete áreas:

- ⇒ Emprego - Total de empregados, mobilidade, desemprego, absentismo.
- ⇒ Remunerações e benefícios.
- ⇒ Condições de segurança e higiene - acidente de trabalho e doenças.
- ⇒ Condições de trabalho - duração de jornada, distribuição do tempo e organização do trabalho.
- ⇒ Formação do Pessoal - treinamento, desenvolvimento e formação.
- ⇒ Relações profissionais - representação do pessoal, delegados sindicais, informação e comunicação.

Vale ressaltar que a ênfase da referida Lei é orientada para o empregado e isto era consistente com o ambiente francês, o qual se apresentava, dentre outras, com as seguintes características:

- ⇒ crescente descontentamento dos trabalhadores; e
- ⇒ crescente orientação socialista da sociedade francesa.

Foram três os objetivos para a adoção de um Balanço Social legal na França, para as empresas atingidas por essa obrigação legal: ser um instrumento de informação, negociação e planificação.

Em 1985, foi publicada a Lei no. 141/85, em Portugal, obrigando as empresas, que possuíam no mínimo 100 (cem) empregados, independente da forma de regime pelo qual foram contratados, a elaborarem o Balanço Social.. Tal legislação encontra-se regulamentada pelo Decreto - Lei nº. 92, de 22/01/92 (ANEXO I).

Atualmente, a França e Portugal são os únicos países do mundo a terem legislação que obrigam as empresas a elaborarem e publicarem um relatório social em separado.

3.3. Japão

As normas existentes no Japão não estimulam qualquer publicação de informações sociais, apesar de lá existir um equilíbrio entre o social e o econômico da empresa; não são inclusos nos relatórios obrigatórios nenhum demonstrativo social, exceto por algumas informações triviais sobre os funcionários, quantidade, média de idade, etc..

Por outro lado, é realizado uma medição utilizando-se uma análise por índices, mas especificamente, através do índice de produtividade, o valor adicionado desta, tomando-se por base o valor agregado gerado pela empresa.

Depois de duas crises do petróleo, empresas japonesas tem estado atentas para restabelecer a competitividade dos seus negócios, através de um programa de redução de

energia e custos; uma mudança que busca alto valor agregado dos produtos, e, assim, o mercado externo.

Dessa forma, percebe-se que, a visão japonesa para a questão dos recursos humanos é voltada para medição da contribuição do empregado para com a empresa.

Do exposto, observa-se que, tanto nos Estados Unidos como no Japão e Europa os balanços sociais variam pelo conteúdo, mas contêm na maioria da vezes informações e dados qualitativos não financeiros. Dependendo do país os relatórios podem ser voluntários ou compulsórios.

3.4. América Latina

Além do Brasil, que abordaremos num capítulo específico, à Argentina, Equador e Chile já, de certa forma e em estágios diferentes, iniciaram um processo de medição social.

Na América Latina apenas o Chile e a Argentina realizam algum tipo de relatório considerado como Balanço Social, nos outros países foram realizados diversos estudos sobre o Balanço Social, mas ainda não concretizados.

Na Argentina, atualmente, em razão dos sérios problemas de ordem interna que enfrenta, houve um esfriamento, para não dizer abandono, dos esforços dirigidos para esse fim.

O Equador vem de certo modo um pouco incipiente direcionando sua atenção para uma política nessa área.

Para os empresários da América Latina o Balanço Social pode ser considerado por muitos uma fantasia, já que uma empresa não nasce para fazer caridade nem para solucionar problemas pessoais de empregado. Muitos consideram os fatos sociais como fenômenos complexos, muitas vezes não mensuráveis, embora reconheçam que atualmente já é possível comparar, registrar e analisar tais fatos.

4. O Balanço Social no Brasil

A partir dos anos 70, evoluíram-se os estudos e as pesquisas sobre Balanço Social, buscando demonstrar a sua importância.

No Brasil desde 1985 as empresas sediadas no país já estão sendo obrigadas a elaborar um documento que contenha informações de caráter trabalhista, chamado RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, apesar de não ser publicado, é utilizado pelos órgãos governamentais.

Desde de dezembro de 1987, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do seu Parecer de Orientação nº 15 (ANEXO II), reconheceu a necessidade de dotar os usuários da informação, das Companhias Abertas, de informação mais adequada, usando para isso um papel de trabalho denominado "Relatório de Administração".

Do ponto de vista da iniciativa privada há de se registrarem modelos de Balanço Social propostos pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial. Tais modelos tem como principal característica o caráter participativo no processo de sua elaboração, pois é constituída uma comissão composta pelos mais diversos níveis funcionais da empresa para desenvolver a pesquisa, mediante três espécies de indicadores:

⇒ Indicadores de natureza administrativa e financeira - assistência médica, iniciativas educacionais, planos previdenciários, calendário de pagamento, política de promoções, programa de alimentação, etc.

⇒ Indicadores do nível de satisfação dos empregados - clima humano na empresa, condições ambientais, organização da empresa, programas de capacitação, iniciativas educacionais, política de promoções, segurança no trabalho, planos previdenciários, etc.

⇒ Indicadores mistos - atualmente no Brasil há dois projetos de lei que falam a respeito da Balanço Social, um do Betinho e outro apresentado em conjunto pelas deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição e Sandra Starling.

4.1. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

De acordo com o Decreto n.º 76.900 de 23.12.75 (ANEXO III), todo empregador deve fornecer às entidades governamentais da área social, por meio da RAIS, as informações solicitadas referentes a cada um de seus empregados, com os quais manteve relação de emprego durante qualquer período do ano-base. Mesmo entidades que não possuem funcionários ou que esteve paralisada durante o ano-base é obrigada a entregar a RAIS negativa.

A RAIS visa suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais; é o instrumento de coleta de dados indispensáveis, tais como:

- ⇒ controles dos registros do FGTS;
- ⇒ sistemas de arrecadação e de concessão de benefício previdenciário;
- ⇒ estudos técnicos de natureza estatística;
- ⇒ legislação da nacionalização do trabalho;
- ⇒ identificação do trabalhador com direito do abono salarial PIS/PASEP.

A RAIS é elaborada anualmente e entregue geralmente até março do ano subsequente nas agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e unidades do SERPRO. Podem ser enviadas por meio de internet, fita magnética, disquete e formulário oficial impresso.

De acordo com a legislação vigente (ANEXO IV), o empregador que não entregar a RAIS dentro do prazo estabelecido, omitir informações ou prestar declaração falsa, sujeitar-se-á a multa de 400(quatrocentos) a 40(quarenta) mil UFIRs.

4.2. Projeto de Lei n.º 3.116/97

SUPLICY, 1997, aborda:

O projeto de lei 3.116/97, que apresentei no último Mês de maio juntamente com as deputadas Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, cria no Brasil o balanço social, que é um documento de aferição do perfil social das empresas.

Pelo projeto das deputadas (ANEXO V) ficam obrigados a elaborar um Balanço Social qualquer empresa privada com mais de cem funcionários e empresas públicas em geral; no Balanço deve conter informações gerais sobre faturamento, lucro operacional, folha de pagamento bruta, valor pago a prestação serviços, número de empregados existentes início e fim do ano, tempo de empresa, escolaridade, sexo, cor e qualificação do empregado, número de empregados por faixa etária, valor total da participação dos funcionários nos lucros da empresa, discriminação de benefícios indiretos (gastos com treinamento, alimentação, transporte) e investimentos na comunidade.

Para SUPLICY, 1997, este documento deverá apresentar indicadores sobre:

- a) a empresa: faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamentos bruta e outros;*
- b) a realidade das relações de trabalho dentro da empresa, incluindo dados sobre os empregados (quantidade, sexo, raça, escolaridade, faixa etária, etc.), valor dos encargos sociais pagos, gastos com alimentação, educação e saúde do trabalhador, gastos com segurança no trabalho, previdência privada, número de mulheres em cargos de chefia e outros; e*
- c) a realidade da empresa na condição de agente social, como valor dos tributos pagos; os investimentos para a comunidade em cultura, esportes, habilitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outras; e investimentos em*

meio ambiente - reflorestamento, despoluição e outros indicando itens e valores eventualmente dedutíveis do fisco.

O projeto de lei determina que, somente estarão obrigadas a publicar o Balanço Social junto com as Demonstrações Contábeis, as Companhias de Capital Aberto, as demais deverão afixar na entrada principal da empresa, nos seis primeiros meses após sua divulgação, e que fique disponível aos empregados, às autoridades, aos órgãos governamentais e de pesquisa.

4.3. Repercussão das Campanhas pela adoção do Balanço Social

Diz SUPPLY, 1997,

A idéia do Balanço Social no Brasil veio de Herbet de Souza, o Betinho, que, pouco antes de morrer, em nove de agosto de 1997, esteve envolvido numa campanha em conjunto com o jornal gazeta mercantil de adesões de empresas à proposta.

A divulgação de Balanços Sociais pelas empresas foi a última grande causa abraçada pelo sociólogo Herbert de Souza. Símbolo da luta pela cidadania no país, conseguiu mobilizar organizações e aquecer debates sobre a importância e os efeitos reais do referido balanço.

A primeira campanha de defesa do Balanço Social foi lançada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, organização não-governamental fundada por Herbert de Souza, em 1981, reuniu cerca de 80 (oitenta) empresários no Rio.

Apesar de despertar apenas recentemente maior atenção da sociedade, a divulgação de Balanços Sociais já era prática para algumas empresas. Uma delas é a Organização Odebrecht, que desde 1994 publica um Balanço de Responsabilidade Social em seus relatórios anuais. Em vez de ater-se a ações específicas ou pontuais, em seus balanços a organização privilegia o cumprimento de sua atividade empresarial como um indicador de responsabilidade social.

Para POLIDORO, 1997,

A empresa assume essa responsabilidade ao produzir riquezas, gerar empregos, remunerar acionistas, prestadores de serviços e fornecedores, além de pagar tributos ao governo. A responsabilidade social consiste no desempenho empresarial competente e responsável no tocante às questões ambientais e comunitárias. Esta organização também desenvolve uma série de ações sociais, educacionais e culturais, mas que isso é adicional ao exercício da atividade empresarial responsável.

O Ibase, possui um demonstrativo que permitem à empresa especificar o quanto está envolvida, como instituição, com as questões sociais.

No Brasil, a disseminação da tese do Balanço Social inaugura uma nova era de transparência no relacionamento da empresa-cidadã com a comunidade. Além de mobilizar a Câmara Federal, na Câmara Municipal de São Paulo, a vereadora Aldaíza Sposati apresentou projeto de lei que estabelece o Selo e o Dia da Empresa-Cidadã, a ser comemorado em 25 de outubro, data em que também é celebrado o Dia da Democracia. Pela proposta, a Câmara paulistana atribuiria, o Selo da Empresa-Cidadã às companhias que apresentarem qualidade em seus balanços sociais. As instituições seriam classificadas em diversas categorias, respeitando-se sempre o seu porte empresarial.

De certa forma, a discussão sobre a validade do Balanço Social está apenas começando e ainda está longe de chegar à unanimidade. Entretanto, o principal defensor desse instrumento de cidadania, SOUZA, 1997, soube sintetizar sua amplitude e importância:

O Balanço Social não pode ser uma peça de marketing, mas uma demonstração responsável de investimentos sociais realizados pelas empresas. A idéia precisa-se tornar-se realidade e espalhar-se por todo o país. Nesse sentido não importa quem é o pai ou a mãe da idéia. Todos devem colaborar o mais amplamente possível e com a maior transparência junto ao público, que é, em última análise, o beneficiado final do balanço.

5. Elaboração do Balanço Social

TINOCO, 1984,

A elaboração do Balanço Social comporta duas fases: na primeira o responsável designado para elaborá-lo deve promover e coordenar a concepção do documento.

O escopo, os meios, os objetivos a serem alcançados são definidos e planejados visando sua elaboração.

A segunda fase compreende a execução do trabalho planejado, após os ajustamentos de rotina, em que os indicadores e as fontes de informação já foram previamente definidos. (...) Existem discussões e polêmicas sobre as abordagens a serem adotadas na elaboração do Balanço social. Para alguns pesquisadores, estudiosos e acadêmicos deve-se adotar a abordagem contábil, em que os aspectos relacionados ao “Valor adicionado” gerado pela empresa, bem como a “Contabilidade Societal” são colocados em evidência. Para outros, seguidores da Lei Francesa a ênfase concentra-se nos aspectos sociais, nos aspectos ambientais, colocando as relações do pessoal com a empresa, e desta com a cidade e o meio ambiente em evidência, mas somente no que tange aos aspectos quantitativos. Para outros, há ainda uma abordagem mista. Esta concilia os aspectos econômicos e contábeis com os sociais.

Com o desenvolver da pesquisa percebe-se que, a abordagem mista fica mais completa. Juntamente com a elaboração e divulgação dos relatórios contábeis tradicionais (Art. 176 da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6,404 de 15/12/1976) devemos apresentar relatórios que possibilitem descrever o emprego, as relações de trabalho existentes nas entidades, a forma como os trabalhadores ingressam no mercado de trabalho, sua evolução ao longo do tempo, o modo como a entidade estimula sua formação e promoção, a

remuneração e outros benefícios conferidos aos assalariados, as condições de vida e trabalho, condições de higiene e segurança como também a Demonstração do Valor Adicionado já que , quantifica, em termos absolutos, a aporção da empresa à sociedade.

5.1. Pessoal - Relação existente entre o Pessoal e a Entidade para a qual Trabalham

Nesta parte do Balanço Social deve ser abordado:

⇒ Emprego – Deve ser abordado a quantificação e a apresentação do pessoal.

Observando-se várias classificações como:

- Volume total de empregados no fim de cada exercício.
- Número de pessoas ocupadas, segundo o sexo.
- Número de pessoas ocupadas, segundo a categoria profissional do sexo.
- Número de pessoas ocupadas, segundo o grau de instrução.
- Número de pessoas ocupadas, segundo a idade.
- Número de pessoas ocupadas, segundo o tempo de trabalho na empresa.
- Número de pessoas ocupadas, segundo o estado civil.
- Número de pessoas ocupadas, segundo a raça.
- Número de pessoas ocupadas, segundo a nacionalidade.

- Número de pessoas ocupadas, por tipo de contrato de trabalho, tempo integral, temporário, parcial, optantes ou não do FGTS.

- Número de pessoas ocupadas por estabelecimento e distribuição espacial.

⇒ Salários e outros benefícios – Apresentação dos salários, que podem ser:

- Pessoas ocupadas por instrução, segundo as classes salariais.

- Pessoas ocupadas por sexo, segundo classes salariais.

- Pessoas ocupadas por sexo e instrução, segundo classes de salário.

- Pessoas ocupadas por categoria profissional, segundo classes salariais.

- Relação entre salários pagos aos trabalhadores e o valor adicionado gerado, ao longo do tempo, evidenciando sua evolução.

- Comparação dos salários pagos na empresa com aqueles pagos nas empresas do mesmo setor.

- Relação de salários, das pessoas que ocupam o topo da pirâmide, como os gerentes, com aqueles da base, os operários.

- Ascensão na escala salarial da empresa, mostrando a sua abertura.

- Acompanhamento dos salários em relação aos outros segmentos formadores do valor adicionado, bem como dos salários em relação à receita bruta da empresa, ao longo dos últimos três anos, por exemplo.

⇒ Formação profissional – Será abordado não apenas a formação profissional dos assalariados, mas também o que está sendo feito para que esta formação esteja sempre evoluindo e quando está se gastando para este investimento.

⇒ Condições de higiene e segurança no trabalho – Com esta informação poderá ser verificado se tudo esta se desenvolvendo em perfeita harmonia com as posturas legais, permitindo um clima de segurança no trabalho, evitando acidentes e outros malefícios que podem ser fatais a todos os envolvidos diretamente no trabalho e a outros indiretamente envolvidos.

⇒ Outras condições de trabalho – Será colocado informações como: as condições de moradia dos trabalhadores, mostrando a preocupação da empresa; as condições de transporte entre o domicílio e o lugar de trabalho; as condições psíquicas e psicológicas dos trabalhadores, etc.

⇒ Relações profissionais – Quais os tipos de relações profissionais que existem na empresa, o que a empresa está fazendo para melhorar este relacionamento.

5.2. Valor Adicionado - Uma continuação do Balanço Social

5.2.1. Conceito

Com a influência da França e da Alemanha Ocidental, e com o objetivo de complementar o Balanço, às Demonstrações de Resultado, dos Lucros/Prejuízos Acumulados e Origens e aplicações de Recursos e ainda para suprir a necessidade de mostrar o quanto de valor a empresa está adicionando aos insumos que adquire, surgiu na Europa, uma nova demonstração financeira: a Demonstração do Valor Adicionado.

Na visão de CUNHA e PEROTTONI, 1997,

O valor adicionado pode ser entendido como a diferença entre o valor da receita e o custo dos insumos adquiridos de terceiros

(matérias-primas, materiais consumidos e serviços). Corresponde ao valor que a empresa agregou aos produtos que serviram de insumos à produção e é considerado como a geração de riquezas para remuneração dos fatores de produção, bem como o conhecimento de quanto a empresa contribui para a formação da riqueza do País. É, em suma, a demonstração contábil do Produto Interno Bruto - PIB, isto é, a riqueza gerada pela empresa em um determinado espaço de tempo, exercício social, e a sua distribuição aos diversos setores da sociedade.

Comenta também LUCA, 1991,

O Valor Adicionado é também definido como a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Esses esforços são, em geral, os empregados, que fornecem a mão-de-obra, os investidores, que fornecem o capital, os financiadores, que emprestam recursos, e o governo, que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura socioeconômica e os serviços de apoio.

Conclui-se então que, como inexistente uniformidade quanto à forma de apresentação do Balanço social, algumas empresas de alguns países elegem o Demonstrativo do Valor Adicionado como o seu instrumento de excelência. A divulgação do Demonstrativo do Valor Adicionado, juntamente com as demais demonstrações financeiras, objetiva demonstrar a riqueza gerada pela empresa, bem como esta riqueza foi distribuída entre os setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para geração dessa mesma riqueza, como os sócios, as instituições financeiras, o governo e os funcionários.

5.2.2. Demonstração do Resultado x Demonstração do Valor Adicionado

Em matéria abordada pela IOB, 1993 e 1995 respectivamente,

A grande diferença entre uma Demonstração do Resultado e uma Demonstração do Valor Adicionado é que a primeira tem como grande objetivo mostrar o lucro líquido, que em última instância é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Enquanto a Demonstração do Valor Adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com capital a juros, a parte que pertence aos empregados e a que fica com o governo.

Na Demonstração do Resultado essas partes dos demais capitalistas, dos empregados e do governo são consideradas e tratadas contabilmente como despesas. E isso porque, do ponto de vista do proprietário, essas riquezas distribuídas são redução da sua parte, ou seja, do seu lucro.

Afinal, a Demonstração de Resultado é uma visão particular, pode-se no extremo dizer até egoísta, de apenas um dos interessados na empresa, os seus proprietários; a Demonstração do Valor Adicionado é de uma visão muito mais geral, dando a mesma importância a todos os fatores de produção: o trabalho, os demais capitais na forma de crédito e também o governo.

Estas Demonstrações possuem enfoques distintos e objetivam informações analisadas sob pontos de vista diferentes, razão pela qual necessitam ser divulgadas em conjunto, uma complementando a outra.

5.2.3. Composição

A Demonstração do Valor Adicionado é composta de entradas, saídas e destinações. E estas são subdivididas em:

⇒ Entradas:

a) **Vendas de Produtos e Serviços:** Demonstra a receita bruta da venda de produtos e da prestação de serviço, ajustada por valores não - operacionais, financeiros e de equivalência patrimonial.

b) **Receitas Financeiras:** Representam os ganhos oriundos de atividades de financiamento de clientes, de aplicações financeiras, de sobras de caixa e outras receitas financeiras auferidas pela empresa.

⇒ **Saídas:**

a) **Matérias-Primas e Bens de Consumo:** Envolve o valor das matérias-primas consumidas, gastos gerais de fabricação, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, com exceção dos salários, encargos sociais, depreciação, amortização, exaustão e serviços adquiridos de terceiros.

b) **Serviços de Terceiros:** Demonstra tudo o que pago a terceiros, como comissão sobre vendas, honorários profissionais e remuneração por prestação de serviços.

⇒ **Destinações:**

a) **Salários e Encargos:** Envolvem os dispêndios referentes a título de ordenados, salários e encargos sociais, tanto das pessoas ligadas à produção como na área administrativa, e a remuneração dos administradores.

b) **Impostos:** Valores que correspondem a geração ou pagamentos de tributos federais, estaduais e municipais.

c) **Juros:** Custos provenientes de financiamentos do ativo imobilizado e do capital de giro.

d) **Retenções:** Registra os valores referentes a depreciação, amortização e exaustão, tanto os apropriados nas despesas operacionais como na produção.

- e) Participação e Lucros Retidos: Contempla o somatório da participação dos Administradores, partes beneficiárias, se houver, e o lucro líquido do período.

O cálculo do valor adicionado, também segundo uma matéria publicada na IOB, 1993, deve ser feito:

De forma geral, calcula-se o valor adicionado pela diferença entre as vendas brutas e o total dos insumos adquiridos de terceiros (custo das mercadorias vendidas, matéria-prima e outros materiais consumidos, serviços adquiridos de outras empresas etc.).

Na distribuição do valor agregado devem ser evidenciados o valor destinado a toda a mão-de-obra (separadamente dos encargos que vão ao governo na forma de encargos sociais - INSS), ao governo (todos os impostos, não só o de renda), aos capitais de terceiros (na forma de juros - não interessando senão os reais no caso da inflação) e ao capital próprio (lucro líquido).

Algumas discussões se fazem com relação às amortizações do ativo permanente (depreciações, amortizações propriamente ditas e exaustões). Mesmo na Economia o conceito mais usado não contempla a depreciação, daí o termo Produto Interno Bruto; descontando-se a depreciação do ativo imobilizado do país, se tem o PI Líquido.

Conclusão

Na procura do resgate da cidadania encontra-se a representação da valorização da dignidade humana. Intenções louváveis, como a criação do Balanço social para as empresas, tanto públicas como privadas, representam mais um passo na caminhada de luta por uma empresa mais cidadã.

Percebe-se no desenvolvimento da pesquisa que a idéia da implantação do Balanço Social no Brasil veio de pessoas, que observando o bom exemplo de alguns países estrangeiros, procuraram destinar sua luta a implementação de instrumento de defesa da cidadania. O Balanço Social não é uma solução definitiva para os problemas que afligem a sociedade brasileira, principalmente para aqueles que estão a lutar no mercado de trabalho, mas é mais um passo no sentido de humanizar as ações empresariais na busca da melhoria da qualidade de vida e trabalho para aqueles que labutam a cada dia na perspectiva de sobreviverem de forma digna e cidadã.

Vale salientar que, a Contabilidade, como sendo um ramo do conhecimento social, está comprometida com a qualidade das informações para otimização do processo administrativo nas organizações econômicas. Conclui-se portanto que o Balanço Social é uma contribuição indispensável para o processo de criação de uma consciência de cidadania na sociedade empresarial brasileira.

Bibliografia

CARNEIRO, Guido Antônio da Silva. **Balanco Social: Histórico, Evolução e Análise de algumas experiências selecionadas.** Dissertação de Mestrado. FGV/EAESP: São Paulo, 1994.

CUNHA, Aromildo Sprenger da e PEROTTONI, Marco Antônio. **Balanco Social: Informativo Dinâmico**, Ano XXI, n.º 24, Abril de 1997.

CUNHA, Aromildo Sprenger da e PEROTTONI, Marco Antônio. **Balanco Social: Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XXVI, n.º 104, março/abril de 1997.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado.** Dissertação de Mestrado. USP: São Paulo, 1991.

MARTINS, Eliseu e RIBEIRO, Maisa de Sousa. **A Informação como Instrumento de Contribuição para a Compatibilização do Desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente:** Boletim do IBRACON, Ano XVII, n.º 208, setembro de 1995.

MENDES, José Maria Martins. **Balanco Social: Uma Idéia Milenar:** Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVI, n.º 106, julho/agosto de 1997.

POLIDORO, Márcio (Diretor da Odebrecht). **Exemplo Antigo.** Entrevista publicada na Internet.

TINOCO, João E. P . **Balanco Social e a Contabilidade no Brasil:** Boletim do IBRACON, Ano XVII, n.º 201, fevereiro de 1995.

TINOCO, João E. P . **Balanco Social: Uma Abordagem Sócio-Econômica da Contabilidade.** Dissertação de Mestrado. FEA-USP: 1984.

SOUZA, Herbert. **Opiniões Heterogêneas.** Entrevista publicada na Internet.

SUCUPIRA, João (Coordenador do Núcleo de Democratização do Ibase. **Efeito Demonstração.** Entrevista publicada na Internet.

SUPLICY, Marta. **Balanco Social é Instrumento de Cidadania.** Revista TREVISAN, Ano 10, n.º 115, setembro de 1997.

SUPLICY, Marta. **O que é Balanco Social ?** Entrevista publicada na Internet, Julho de 1997.

__ **Uma Nova Demonstração Contábil: a do “Valor Adicionado”.** IOB - Informações Objetivas, Caderno Temática Contábil e Balanços, Bol. n.º 14, 1993.

__ **Demonstração do Valor Adicionado de Bancos:** IOB - Informações Objetivas, Caderno Temática Contábil e Balanços, Bol. n.º 15, 1993.